


ATA Nº 008/2021



Às oito horas e trinta e oito minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte um, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando nº. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental nº. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo google Meet para a oitava reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início a reunião passando para o **primeiro** ponto de pauta, coloca em votação a ata da última reunião ordinária, sendo aprovada por todos e todas sem nenhuma ressalva. Na sequência prossegue para o **segundo** item de pauta, Lei 17244/2012 - FESD: funcionamento, formação, estrutura e aplicabilidade - sendo necessárias alterações e que iremos encaminhar enquanto Conselho para a Assembleia Legislativa, o Presidente aponta que precisamos propor as alterações, tanto o CONESD como o NESPD e encaminhar para o Deputado Estadual Gilson de Souza, presidente da frente parlamentar sobre drogas, para fazer as alterações na lei, tendo em vista buscarmos recursos para o Conselho para desenvolvermos projetos, cursos e outras demandas. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e fala da Comissão de Legislação que foi montada no ano passado, que já discutiu sobre a Lei do Conselho, plano, conferência e fundo. Coloca ainda que Dr Renato mencionou na época os riscos de encaminhar para a Assembleia este projeto e sofrer muitas alterações, podendo inviabilizar a política. Expressa preocupação do governo extinguir o Conselho pelo fato de não ter lei, mesmo que o Conselho seja regulamentado por decreto, fala da necessidade e importância desta regulamentação por meio de lei, principalmente agora que estamos fortalecendo o Conselho. O Presidente toma a palavra e coloca que não vê como o governo extinguir o Conselho, já que o mesmo está tendo bastante visibilidade, que estamos organizando a Conferência. O que precisamos agora é a viabilização do fundo e alteração na lei. Dr Guilherme fala da necessidade de se colocar na Lei a questão do fundo, plano, conselho. O Presidente aponta a urgência da alteração da Lei e o diz que o Deputado Gilson já entrou em contato, no que Dr Guilherme continua falando da necessidade da adequação, senão o CONESD fica sem poder de decisão, ficando tudo centralizado no FESD. O Conselheiro Renato no uso da palavra fala que dá para encaminhar esta lei, mas com certeza teremos consequências ficando mais difícil qualquer alteração e por decreto fica mais fácil. Dr Guilherme expressa que o Conselho pode ser regulamentado por decreto, no que Dr Renato concorda que aí fica mais fácil realizar as alterações necessárias. Dr Renato sugere que seja encaminhado as sugestões quanto as alterações do FESD por escrito e se coloca à disposição para redigir o texto final para deliberar na próxima

X plenária e aproveitou a oportunidade para fazer a leitura da proposta de lei já realizada anteriormente. Destaca alguns pontos da Lei 17244-17 de julho de 2012, onde atualizou o artigo 1º, o artigo 2º com o parágrafo único. O artigo 3º letra B foi alterado, que tudo o que for relacionado as drogas tem que ser tomadas pelo CONESD. O que precisamos fazer para ser possível, temos que mudar o artigo que trata da composição do FESD. Cita sugestões de outros representantes e ainda sugere colocar um representante de SEJUF, como outras instituições. Passa a palavra para o Conselheiro Fábio, porém o Presidente pede uma parte e coloca que “hoje temos que sair desta reunião com uma proposição”. O Conselheiro Fábio toma a palavra e diz que concorda com o Renato e fala vários pontos do fundo que são bons; fala que no mérito, a lei do fundo é adequada, só precisamos alterar alguns pontos. O Conselheiro Marcos Bessa fala da questão da fonte de recursos do fundo como por exemplo a taxaço de bebidas alcólicas, que aumentando a taxaço diminuiria o consumo e que irá encaminhar esta proposição. O Conselheiro Guilherme tem um parecer do projeto SEMEAR sobre a lei do fundo, que precisa passar pela Procuradoria e que irá passar para o Dr. Renato. O Presidente fala quanto a gerência dos fundos que são executados pelas respectivas secretarias. Dr. Guilherme concorda que precisa retirar o MP, pois são fiscalizadores, reforça que precisa colocar na lei sobre a conferência, plano, conselho. O Presidente aponta que uma coisa é o fundo, outra é o Conselho. Dr Guilherme fala para abrir prazo para encaminhar sugestão para alteração, são pontos que precisam ser observados, pois como o CONESD vai propor as ações e deliberar ao mesmo tempo sobre as ações. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e aponta a preocupação do MP e do Dr Renato sobre as alterações do fundo, dá os parabéns pelo reconhecimento do MP em relação a esta questão. Continuando, indaga que o CONESD não dirige fundo, nem um fundo tem componentes do gestor, dá exemplo a gestão do fundo Estadual de Saúde pela SESA. Coloca que em relação a lei da conferência, plano que não funciona assim. O Conselheiro Soavinsk no uso da palavra concorda com a preocupação do Dr Guilherme, caso o governo acabe com o Conselho em mudança de governo; fala da importância das leis de regulamentação do Conselho, fundo, conferência, fala que o fundo é a parte, mas a deliberação dos projetos fica a cargo do Conselho. O Presidente expressa que quer deixar um legado, com a participação de todos nos debates, que temos que aproveitar a disposição do Deputado Gilson para fazer as alterações necessárias. O Conselheiro Fábio fala que enxerga duas vertentes, uma coisa é o CONESD que por lei fica assegurado, mas pode engessar o Conselho e o urgente no debate é o fundo, que é disposição do fundo, que o CONESD não pode deliberar sobre o fundo, e sim ele é executado pelo executivo; o CONESD faz o controle social. A Conselheira Maria Lúcia pediu a palavra e diz que no Conselho Estadual de Saúde, toda execução do fundo passa pela plenária do Conselho, que o

~~X~~ Conselheiro Fábio está correto na fala. O Presidente coloca como proposta de enviarmos as sugestões de alterações até o dia 28/09/2021 ao NESPD e no dia 29/09/2021 às 11h00 convocarmos uma reunião extraordinária para discutirmos e aprovarmos. Dr Renato aponta novamente a questão do Conselho propor e fiscalizar sobre o fundo. Sugere oficializar o jurídico da Secretaria questionando este assunto, pois de repente não aceitam. O Presidente fala que os representantes tem que ser da Secretaria, mas que não podem representar o CONESD, não é possível. O Conselheiro Guilherme fala que realmente não faz sentido, que o MP tem que ser retirado do Fundo e do CONESD. A Conselheira Maria Lucia informa que este ponto de pauta já foi esgotado e sugere passarmos para o próximo. Prosseguindo para o **terceiro** ponto da pauta sobre o Relatório da comissão de redução de oferta (15 minutos) e questionamentos, o Conselheiro Dr Renato assume a palavra e relata que a Comissão se reuniu em julho e definiram o que seria viável apresentar para o Conselho e entenderam importante apresentar sobre a questão do tráfico no Estado do Paraná, tendo como referência o último relatório da UNODC e da União Europeia, fizeram o levantamento dos anos de 2020 e até junho/julho de 2021, apontando o que está acontecendo, se estava aumentando e relacionando com a questão dos crimes de homicídios. Acreditam que os homicídios estão relacionados as disputas pelos pontos de drogas, biqueiras. Passa a palavra para o Conselheiro Dr Italo, que coloca que foi o primeiro trabalho da Comissão, tendo como base o BIAI no CAP/SESP, onde verificaram os casos de violência, homicídios relacionados com o narcotráfico. Que na União Europeia os homicídios não estão relacionados com o tráfico em função da questão social diferenciada. Diferente do Brasil, que os problemas sociais são agravantes. Os indicadores retratam que houve um aumento em relação ao tráfico, como os homicídios; muitos SPPs do Paraná já ultrapassaram os números em relação ao ano passado. O que observou com a pesquisa em relação a União Europeia, que as estratégias da União Europeia estão bem mais avançadas que a nossa, que o Brasil está muito atrasado, por exemplo em relação ao cibercrime. A pandemia trouxe um aumento muito grande na questão do tráfico e não tem estratégias eficazes e que pretendem atualizar estes dados a cada três meses para debates, contribuições em relação aos fomentos, trabalhos de prevenção, redução da oferta. A Conselheira Dr^a Nazah parabenizou a comissão pelo relatório e perguntou se estudando estes indicadores em relação as estratégias da União Europeia, se podemos trazer alguma coisa para nós. Dr Renato fala que sim, que quando propuseram fazer esta análise, foi trazer propostas para o Paraná. Aponta que por mais que a redução da oferta (apreensões) estão avançando, que o uso não está diminuindo, por isto sugere discutir esta questão na Comissão de Estudos e Pesquisas. As apreensões estão aumentando mas não chega a 10% de toda droga que passa. Fazemos divisa com três países que produzem drogas. Não existe uma fórmula mágica para implantarmos no

 Brasil, mas o debate precisa ser feito; a pandemia trouxe muitas consequências, como por exemplo, o desemprego e o aumento do consumo entre os jovens. Destaca o interesse no aumento do homicídio, que isto é muito importante. A Conselheira Rita assume a palavra e dá os parabéns a Comissão e menciona que este estudo é muito importante para viabilizar políticas públicas, pois o encarceramento em massa é decorrente do tráfico. Dr Guilherme parabeniza a Comissão e fala que não consegue participar desta comissão pela falta de tempo; fala da questão da redução da oferta, de abirmos a discussão a respeito, abrir o debate sobre o que se pensa sobre a questão do tráfico, como os diferentes órgãos pensam sobre isto: a polícia, o Ministério Público, o Judiciário, as Universidades. O que pensam sobre o usuário, o traficante, a questão econômica relacionada ao tráfico. A lei prevê as formas de trabalhar, mas não estamos fazendo este estudo/discussão em conjunto com os diversos órgãos. O Conselheiro Ricardo pede a palavra e fala sobre a questão do início do tráfico, que é com o jovem, fala de um estudo da Califórnia que prendiam um traficante e já era substituído por outro. Fala da importância de ter programa para tratar este tema citando o PROERD. Apresenta o símbolo do PROERD que é o leão, e que o leão domina e não é dominado e que as crianças precisam ter esta noção, que é uma tentativa de evitar o uso, que a criança tendo o conhecimento faz a opção de não usar, que o traficante não terá para quem vender, que é uma tentativa de prevenção. O Conselheiro Fábio fala do antiproibicionismo, que não é um tema novo no debate, que além do pragmatismo existem outros desdobramentos em relação ao antiproibicionismo. Coloca que é antiproibicionista declarado, mas pontua a questão da saúde, de outras políticas e que o antiproibicionismo tem a ver com a questão do olhar sobre drogas. O Conselheiro Guilherme coloca que estamos abertos para o diálogo, que o caminho para a prevenção é a educação, a saúde. Temos que trabalhar muito o que é o tráfico, quem estamos prendendo, o usuário ou o verdadeiro traficante? O Conselheiro Weber fala da prevenção, que temos que olhar de forma completa e ampla, que temos que aumentar a maneira de ver as coisas e que o movimento antiproibicionista já acontece há mais de trinta anos. Discorda do Fábio que é problema da saúde, aponta também a educação, assistência social e que criticamos quem está fazendo, citando o PROERD, sendo que todos devem contribuir, todos os setores devem estar envolvidos no trabalho (saúde, educação, assistência social...). “Temos que pegar firme na prevenção”. O Conselheiro Fábio parabeniza nós mesmos, fala que o debate é fantástico, deixa claro que o antiproibicionismo não é apologia as drogas, se é ser favorável as drogas ou não, ou a liberação das drogas, mas sim da política de regulamentação. Fala do padrão de uso, que acaba trazendo consequências. A maioria das pessoas que fazem uso de álcool e ou outras drogas não apresentam problemas. A relação da proibição com a violência não gira em torno da droga, mas sim da violência. O crime se utiliza da proibição

por que ele é rentável. Existe tráficos diferentes, citando o avião de coca como exemplo. A Conselheira Maria Lúcia agradece por estar na comissão com o Dr Renato e Dr Italo, parabeniza pelo trabalho que sempre fizeram na polícia. Fala que conhece o PROERD desde que foi criado no Paraná e menciona que é um trabalho fantástico, se coloca à disposição e parabeniza o Weber pela fala, que sabe o que passam na saúde com os dependentes químicos. Sugere que o projeto SEMEAR que é tão atuante faça uma parceria com o PROERD, pergunta ao Major se isto pode acontecer, pergunta para o Dr Guilherme. Dr Guilherme fala que já tem uma parceria com o PROERD. O Presidente faz as considerações finais sobre este trabalho da comissão, que o trabalho está fluindo, que o CONESD está muito bem representado. Parabeniza a Comissão pelo relatório e pergunta se não podemos colocar esses dados como sugestão, como considerações no Plano Nacional e enviarmos enquanto Conselho Estadual como contribuição. Pede manifestação da Comissão, no que o Conselheiro Italo coloca que da parte dele é tranquilo, que pode ajudar eles a pensarem no que a União Europeia está pensando para contribuir com o Brasil. O Conselheiro Renato informa que não era a ideia inicial, pois este levantamento é do Paraná. O Presidente fala que será muito importante esta contribuição para o Plano Nacional, pois não adianta somente termos estes relatórios para nós, sugere fazermos um seminário para apresentação para o público, inclusive atualizar os relatórios para apresentar na Conferência. A Conselheira Maristela pede a palavra e coloca que o Presidente está criando outra pauta, Nazah fala que o relatório está ótimo e é a favor da publicização, que são informações substanciais, que só precisa ver a maneira como está formatado. Desta forma o Presidente põe em votação quanto ao encaminhamento do relatório para contribuição no Plano Nacional, sendo que os/as Conselheiros/as Nazah, Helena, Rita, Danielle, Fábio, Weber, Aline, Maristela, Guilherme, Ricardo, Edson concordam com o encaminhamento do relatório, a Conselheira Simone diz que concorda, porém considera que quem tem que decidir sobre o envio são os autores do relatório. O Conselheiro Italo relata a importância dos dados para fundamentar as políticas públicas e Dr Renato diz que irá pedir autorização da CAP/SESP para repassar os dados para munir as políticas públicas na estância federal. A Conselheira Maria Lúcia concorda com Dr Italo sobre os dados existentes na CAP/SESP e pede para Dr Renato esclarecer o que é CAP. Dr Renato descreve que é o órgão responsável por fazer o levantamento dos dados desta área de segurança pública. Seguindo para o **quarto** ponto da pauta, Relatório das outras comissões permanentes, planejamento, plano de trabalho e como realizar levantamento de ações que estão sendo desenvolvidas no Estado dentro de cada área das comissões, o Presidente abre a palavra para as Comissões. O Conselheiro Weber relata que a Comissão de Prevenção se reuniram e que o mesmo ficará como coordenador e o Conselheiro Fábio como relator. Já a Comissão de

~~Tratamento, a Conselheira Maristela ficará como coordenadora e a Conselheira Rita como relatora. O Conselheiro Fábio no uso da palavra informa que a Comissão de Redução de Danos não se organizaram, desta forma o Presidente sugere neste momento já tirar os nomes, ficando o Conselheiro Fábio como coordenador e a Conselheira Nazah como relatora. Quanto a Comissão de Estudos e Pesquisas ficou sob a coordenação da Conselheira Danielle e a relatoria com a Conselheira Simone. O Presidente coloca a importância das Comissões realizarem o plano de trabalho, a questão dos dados e a contribuição e colaboração entre todos/as, bem como apresentar relatórios seguindo o exemplo do Conselheiro Dr Renato e Dr Italo, pois a ideia é publicizar todos esses dados, pois “é assim que nós construiremos democraticamente as políticas públicas, conforme apontou Dr Italo. O Conselheiro Fábio pede a palavra e questiona sobre o modelo de relatório e que cada Comissão tem a sua especificidade, algumas mais teóricas, apontando a dificuldade em seguir um modelo único. O Presidente faz um apanhado geral sobre a importância dos relatórios para termos noção de como anda a política sobre drogas. O quinto ponto da pauta trata da Conferência Estadual, criação de GTs e plano de trabalho. O Presidente relembra que já temos uma data e a Conselheira Aline Calefi informa que já está reservado o espaço na FIEP para o dia primeiro (01) e dois (02) de junho de 2022, que o CONESD precisa encaminhar o ofício para formalizar a reserva do espaço. O Presidente dando continuidade aponta a importância da Comissão para a organização da Conferência. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e informa que precisa ser criada uma Comissão para elaborar o regulamento e regimento da Conferência e solicita ao Presidente encaminhar ofício para o CONSEG Estadual, solicitando a participação, no que o Presidente destaca que o CONESD irá solicitar a participação de vários órgãos. A Conselheira Maria Lúcia fala que o CONESD precisa primeiro do parecer favorável da SESP para realizar a Conferência e Dr Renato diz que já tem o aval da SESP e que solicitou a reserva de recursos para a realização. Dando continuidade, Dr Renato relata que não tem muita experiência em conferência, mas conta com quem tem para auxiliar. A Conselheira Maria Lúcia se coloca à disposição, inclusive colocando o Conselho Estadual de Saúde e a Secretaria Executiva para auxiliar no que for necessário. O Presidente coloca que será necessário a participação de todos e todas, que será o marco dentro da política pública sobre drogas no Estado do Paraná. O Conselheiro Fábio destaca que a Conferência é o momento singular e reforça que as preocupações são muitas, fala da importância da realização das pré-conferências, colocando como opção via Regionais de Saúde e que o grande objetivo da Conferência é o momento da participação popular, que a Conferência é a filha do Conselho. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e fala que fica feliz que o Conselho está encampando a realização da Conferência e que temos que pensar em todos os pontos, para contemplar todas as diferenças, trazer a capilaridade~~

~~X~~ do Estado. Continua, ressaltando a questão da transdisciplinaridade, talvez trabalharmos de forma setorial para depois juntos pensarmos como vamos viabilizar tudo isto. A Conselheira Maria Lúcia relembra que participou da Conferência em Campo Largo, mas que em primeiro lugar precisamos verificar a questão do orçamento, que aí podemos definir quantos dias e toda a dinâmica da Conferência. O Presidente passa para o **sexto** ponto da pauta que trata da Discussão sobre Plano Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas do Brasil, análise da minuta e informes das reuniões do COPEN. Informa que participou da reunião da Comissão de Política e Legislação do Conselho Estadual de São Paulo e que será elaborado um documento da Comissão para ser encaminhado para a SENAD e que vários pontos foram abordados, destacando como exemplo a falta de menção aos programas de redução de danos. O Conselheiro Guilherme pergunta sobre a Conferência Nacional e o Presidente informa que tocou neste ponto, porém também não há menção sobre este assunto no Plano. O Conselheiro Renato pede a palavra e questiona ao Presidente se haverá alguma contribuição do COPEN e o Presidente destaca que não tem nada e que inclusive o COPEN nem é regularizado, dificultando qualquer ação. Dr Renato questiona o COPEN, dizendo que na prática não apresentam nada, só puxam a sardinha para o seu próprio Estado, apenas com críticas e que na prática não fazem nada para mudar, finaliza dizendo que está fala foi um desabafo em relação ao COPEN. O Presidente concorda com o Conselheiro Renato e fala que muitos presidentes só pensam no seu Estado e que a maioria não tem interesse em ir adiante. Dr Guilherme sugere como proposta a realização da Conferência Nacional. A Conselheira Maria Lúcia destaca que a Conferência não tem nada a ver com o Plano, que para fazer uma Conferência Nacional o Brasil precisa estar mobilizado. O Presidente passa para o **oitavo** ponto de pauta sobre os Informes Gerais, e coloca sobre o retorno das reuniões presenciais, onde a Conselheira Maria Lúcia se coloca como favorável e o Conselheiro Edson informa que já agendou o auditório da SEJUF para a realização da reunião do CONESD. O Conselheiro Renato destaca que em relação ao retorno presencial já está liberado sim e caso a próxima reunião seja presencial, deverá fazer em outra Secretaria por conta da mudança de local da SESP. O Conselheiro Edson sugere fazer a reunião de outubro na SEJUF e a de novembro no Ministério Público. O Presidente sugere outubro, novembro e dezembro na SEJUF, nas datas treze (13) de outubro, dez (10) de novembro e oito (08) de dezembro. Neste momento a Conselheira Nazah e o Conselheiro Marcos Bessa informam que não conseguem participar das reuniões de forma presencial pela questão do trabalho, ficando definido que a reunião será feita pelo sistema híbrido. O Presidente fala novamente de encaminhar como sugestão para o Plano a realização da Conferência Nacional. A Conselheira Helena informa ao Presidente que o mesmo pulou o ponto sétimo da pauta, desta forma retorna-se para o **sétimo** ponto de pauta que trata dos

~~X~~ Informes do NEPSD. Dr Renato menciona novamente sobre o retorno presencial, fala dos relatórios quadrimestrais e anuais do Plano Nacional e da importância da sugestão da realização da Conferência Nacional. Continuando informa sobre o ofício do Ministério Público solicitando a retirada da participação deste órgão no FESD e CONESD, destacando que teremos que deliberar sobre esta questão e aproveitar o momento para verificar quem assumirá a cadeira, sendo motivo de pauta para a próxima reunião para alteração do decreto, como também quem assumirá e se ampliará o número de vagas, reforçando este assunto como ponto de pauta. Dr Renato informa sobre o encerramento do estágio da Isadora e acredita que nos próximos quinze dias terá nova/o estagiário. Continuando fala da mudança da SESP e que o NEPSD e o CONESD também farão a mudança para este novo prédio, fala da questão da logística e que neste novo local não tem estacionamento. Novamente coloca à disposição o CAP/SESP para repassar informações, dados estatísticos para o trabalho das Comissões. Outra informação foi sobre o Projeto Tô de Boa, que a primeira coloca para o desenvolvimento do projeto, a Universidade Federal do Espírito Santo foi desclassificada e quem assumirá será uma ONG de Santa Catarina e que irá nos atualizando quanto ao andamento. Neste momento o Presidente retorna aos informes gerais e relata que o Conselho Municipal de Colombo está retomando suas atividades. Outro ponto diz respeito a uma denúncia de um local que se denomina Comunidade Terapêutica em Paranaguá, que está colocando os internos na venda de chaveiros e adesivos nas ruas. Dr Guilherme diz que é promotor de saúde de lá e irá verificar esta questão. O Presidente coloca outro ponto relacionado aos captadores para tratamento no Paraná, que estão fazendo convênios com clínicas e contato com as famílias, sendo que a primeira parcela do tratamento fica a cargo dos mesmos. Continuando, solicita a Comissão de Tratamento para verificar sobre esta questão e se propõe buscar mais informações também e que na próxima reunião será discutido este assunto e pensa em tirarmos um posicionamento do CONESD. A Conselheira Maristela diz que nunca ouviu falar sobre isto, destacando que precisamos de mais informações. Aproveitando a palavra repassa os informes sobre as Comunidades Terapêuticas do Paraná que abrigam ou acolhem adolescentes, que das vinte e duas (22) Regionais, conseguiu respostas de apenas dez (10) e que não detectaram nenhum adolescente acolhido nestes locais. Fizeram contato com a SEJUF por meio da Larissa e a rigor estes adolescentes são públicos para acolhimento institucional e que precisam identificar estes adolescentes. Aponta que como as CTs não são vinculadas as políticas públicas, fica difícil fazer este levantamento, que não está vendo solução para esta questão e se está acontecendo é um dado omissos. Coloca que precisamos fazer uma força tarefa para verificarmos isto. O Presidente coloca que a liminar foi derrubada, fala que no Paraná são duas situações distintas, existe a CERVIM que atende adolescentes em Rolândia, com

~~X~~ também existe CT em Curitiba e Lapa. Temos que mudar o foco da pergunta, ou seja: quantos adolescentes estão em tratamento nestes locais denominados CTs, Centros Terapêuticos e outros. Temos que diferenciar esta abordagem, que o local se denomina CT e está lá o adolescente de forma involuntária. A Conselheira Maristela cita uma de Londrina CREDECA, CERVIM em Rolândia e REVI em Londrina que não atendem telefone. Dr Guilherme sugere como pauta para a próxima reunião a fiscalização de adolescentes em CTs, Clínicas involuntárias e os captadores. O **nono** ponto de pauta trata da Palavra dos conselheiros, não tendo nenhuma manifestação. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e a reunião dá se por encerrada às 12h20min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Aline Calefi Lima	FIEP
Aline Pinto Guedes	SESA PR
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Danielle Annoni	UFPR
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Guilherme de Barros Perini	MPPR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
Italo Biancardi Neto	DPC
José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Maria Cristhina de Souza Rocha	FIEP
Maria Lúcia Gomes	ACP/PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR
Nazah Cherif Mohamed Youssef	CRM



Renato Bastos Figueiroa	SESP
Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR
Ricardo da Costa	PMPR
Simone Carinha Baroni	SEED
CONVIDADOS E OUVINTES	

Luiz Carlos Hauer

Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos

Secretária – Executiva